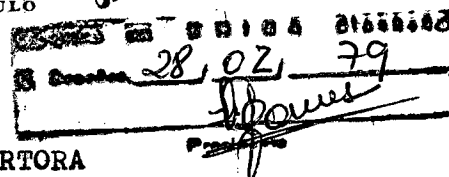




ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA



PRESIDENTE substituta: RUTH DE CARVALHO DÁRTORA

PRIMEIRO SECRETÁRIO "ad hoc": BENEDICTO LOPES DE CAMPOS

SEGUNDO SECRETÁRIO "ad hoc": APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS

Aos oito dias do mês de Agosto, do ano de hum mil, novecentos e setenta e oito, às vinte horas, na Sala das Sessões, realizou-se a Décima Primeira Sessão Ordinária, do Segundo Ano da Quinta Legislatura, da Câmara Municipal de Caieiras, devidamente convocada. Presentes os senhores HUGO PEREIRA DA SILVA, RUTH DE CARVALHO DÁRTORA, BENEDICTO LOPES DE CAMPOS, APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS, MÁRIO DELLA TORRE, ASSIS CREMA, NELSON MANZANARES, DÉRCIO PASIN, JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES e CARLOS GOMES. Ausente o senhor NÉVIO LUIZ ARANHA DÁRTORA. Havendo número legal, a senhora Presidente declara aberta a sessão, invocando a proteção de Nosso Senhor Jesus Cristo sobre os trabalhos. Devido o senhor Savério Agustinelli apresentar um pedido de licença para tratamento de saúde, foi convocado para substituí-lo o senhor Hugo Pereira da Silva. Pede a palavra o senhor Carlos Gomes. "Considerando a morte do "Príncipe da Igreja Católica" o Papa Paulo VI eu requeiro a Vossa Excelência que esta Câmara antes de iniciar a sessão faça um minuto de silêncio." A senhora Presidente atende ao requerimento e determina que seja cultuado um minuto de silêncio. Decorrido o minuto póstumo, a senhora Presidente dá prosseguimento a sessão. No EXPEDIENTE são apresentados: 1) PROJETO DE LEI Nº 1273/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de cem mil cruzeiros. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 2) PROJETO DE LEI Nº 1274/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre doação de materiais e outros, oriundos das desapropriações de imóveis. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 3) PROJETO DE LEI Nº 1275/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre recebimento de um ônibus, em doação, e dando outras providências. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 4) PROJETO DE LEI Nº 1276/78 do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de cento e vinte e cinco mil cruzeiros. Considerado objeto de de

liberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 5) PROJETO DE LEI Nº 1277/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de Crédito Suplementar no valor de setecentos e sessenta e dois mil , seiscentos e trinta e dois cruzeiros. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 6) PROJETO DE LEI Nº 1278/78, do senhor Mário Della Torre, dispondo sobre alteração de de nominação de via pública. Considerado objeto de deliberação. À Comissão de Justiça para parecer. 7) PROJETO DE LEI Nº 1279/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre recebimento de área de terreno, em doação. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 8) PROJETO DE LEI Nº 1280/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de cem mil cruzeiros. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 9) PROJETO DE LEI Nº 1281/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação aos Artigos primeiro e segundo da Lei nº... 1176, de dois de Junho de hum mil, novecentos e setenta e oito. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 10) PROJETO DE LEI Nº 1282/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação ao Artigo primeiro e seu Parágrafo Único, e ao Artigo segundo da Lei nº 1180, de dois de Junho de hum mil, novecentos e setenta e oito. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 11) PROJETO DE LEI Nº 1283/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre concessão de auxílio à entidades que especifica. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 12) PROJETO DE LEI Nº 1284/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização à agência do Banco do Estado de São Paulo S.A. receber tributos no Forum. Considerado objeto de deliberação. À Comissão de Justiça para parecer. 13) PROJETO DE LEI Nº 1285/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre corte de eucaliptos na área de dez mil e trezentos metros quadrados localizada atrás do Cemitério das Saudades e dando outras providências. Considerado objeto de deliberação. À Comissão de Justiça para parecer. 14) PROJETO DE LEI Nº... 1286/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de novecentos e oitenta mil cruzeiros. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres . 15) PROJETO DE LEI Nº 1287/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre au

torização para construção de muros de arrimo e obras complementares de pavimentação. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 16) PROJETO DE LEI Nº 1288/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre concessão de isenção do imposto sobre a propriedade territorial urbana aos proprietários de loteamentos. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 17) PROJETO DE LEI Nº 1289/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre adoção do sistema de microfilmagem de documentos e dando outras providências. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 18) PROJETO DE LEI Nº 1290/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de Crédito Suplementar no valor de sessenta e seis mil, novecentos e trinta e dois cruzeiros. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 19) PROJETO DE LEI Nº 1291/78, do Prefeito Municipal, dispondo sobre fornecimento de material de construção e mão-de-obra aos clubes esportivos do Município. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 20) REQUERIMENTO Nº 35/78, do senhor Aparecido Corrêa de Campos e demais Vereadores, solicitando que seja consignado um Voto de Pesar pelo passamento da senhora Ilse Neufeld Dell Porto na Ata das sessões de hoje, oficiando-se a família. Deferido, à Secretaria para as devidas providências. 21) INDICAÇÃO Nº 28/78, do senhor João Henrique de Macedo Mendes solicitando que seja oficiado à TELESP - Telecomunicações de São Paulo S.A. no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalar um telefone público no Jardim Boa Vista, Bairro do Serpa, em nosso Município. À Secretaria para as devidas providências. 22) INDICAÇÃO Nº 29/78 do senhor Hugo Pereira da Silva, solicitando ao senhor Prefeito interferência junto à Sabesp - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - no sentido de reparar o sistema de esgotos do Bairro Vila Gertrudes. À Secretaria para as devidas providências. 23) OFÍCIO Nº 235/78, do Prefeito Municipal, reportando a Indicação nº 117/78, do Vereador Mário Della Torre e informando que no orçamento de hum mil novecentos e setenta e oito foi consignada dotação para atender a concessão de auxílio à fanfarra da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Walther Weiszflog. À Secretaria para as devidas providências. 24) OFÍCIO

Nº 237/78, do Prefeito Municipal, reportando a indicação nº 24/78, do senhor Benedicto Lopes de Campos e informando que a Corporação Musical Melhoramentos já é declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1006, de vinte e dois de Agosto de hum mil, novecentos e setenta e quatro. À Secretaria para as devidas providências. 25) BALANCETE da Câmara Municipal de Caieiras, referente ao mês de Junho de hum mil, novecentos e setenta e oito. À Comissão de Finanças para exame. 26) OFÍCIO Nº 286/78, do Prefeito Municipal, comunicando a formação de uma Comissão de Sindicância para apurar irregularidades denunciadas pelo Vereador Dércio Pasin contra o funcionário Benedicto Casaqui, a qual concluiu que não procede a denúncia feita, pois os elementos trazidos para deporem isentaram o total e completamente o senhor Benedicto Casaqui de qualquer responsabilidade. À Secretaria para as devidas providências. 27) OFÍCIO Nº 299/78, do Prefeito Municipal, reportando a Indicação nº 20/78, do senhor Benedicto Lopes de Campos e informando que pela Ordem de Serviço nº 92/78 oficiamos à SABESP e esta já procedeu a análise da água proveniente de uma nascente localizada na Rua Dois, Bairro das Laranjeiras. À Secretaria para as devidas providências. 28) OFÍCIO Nº 271/78, do Prefeito Municipal, encaminhando cópias dos Balancetes desta Municipalidade, relativos ao mês de Maio de hum mil, novecentos e setenta e oito. À Secretaria para as devidas providências. 29) OFÍCIO Nº 229/78, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia do Balancete da Prefeitura Municipal de Caieiras, referente ao mês de Abril do corrente ano. À Secretaria para as devidas providências, com vistas à Comissão de Finanças. 30) OFÍCIO Nº 1844/78, da Sabesp - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - informando da assinatura de contrato para a execução do Sistema Adutor Metropolitano Extremo Norte, que beneficiará Caieiras. À Secretaria para as devidas providências. 31) OFÍCIO Nº 1879/78, da Sabesp- Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - informando da assinatura de contrato para a execução de vinte e cinco mil metros de rede de água em Caieiras. À Secretaria para as devidas providências. 32) CONVITE da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, datado de trinta de Agosto do corrente ano, para a Sessão Solene de entrega do título de cidadã saetanense à senhora Maria Pia Esmeralda Matarazzo, a realizar-se no próximo dia dois de Setembro. À Secretaria para as devidas providências,

com vistas aos senhores Vereadores. 33) OFICIO datado de dezenove de Julho de hum mil novecentos e setenta e oito, do senhor Antonio de Barros, agradecendo a consignação de um voto de pesar em memória da senhora Lúcia Pedroso de Barros. À Secretaria para as devidas providências. 34) O OFICIO Nº 1030/78, da Câmara Municipal de Diadema, solicitando apoio ao requerimento que pede ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República a realização de censo demográfico bienal na primeira Região Administrativa do Estado de São Paulo. À Secretaria para as devidas providências. 35) OFICIO datado de trinta de Julho do corrente ano, da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão, convidando para o XVI Encontro Nacional de Vereadores naquela cidade. À Secretaria para as devidas providências. 36) OFICIO Nº 693/78, da Câmara Municipal de Osasco, encaminhando cópia do Requerimento nº 573/78, solicitando apoio ao movimento junto ao Ministro das Comunicações a fim de que a Rádio Nove de Julho volte à propriedade da Igreja. À Secretaria para as devidas providências. 37) OFICIO Nº 4624/78, do SENAC, convidando para a reunião daquela entidade no dia dezessete de Agosto para debater as diretrizes do Conselho Federal de Educação. À Secretaria para as devidas providências. Pede a palavra o senhor Nelson Manzanares. "Eu gostaria de pedir a senhora Presidente que, a exemplo do que foi feito com os projetos de lei que deveriam ser destinados às Comissões, os oficios também só deveriam dar o teor do assunto neles tratados e que ficassem à disposição dos Vereadores, porque me parece, senhora Presidente, que não tem lógica nenhuma os projetos de lei deixarem de ser lidos e ficarem à disposição dos Vereadores e os oficios, alguns deles sem qualquer interesse, são lidos na íntegra pelo senhor Secretário, cansando a Mesa e cansando o Plenário. De forma que eu gostaria que Vossa Excelência formulasse o trabalho dando somente o assunto e deixando à disposição dos senhores Vereadores na Secretaria os oficios a ela encaminhados." Não havendo mais matéria inscrita para o Expediente, a senhora Presidente passa a ceder a palavra aos oradores inscritos para a discussão em Tema Livre. Com a palavra o senhor João Henrique de Macedo Mendes. "Senhora Presidente, Nobres colegas. Não foi em vão que em segundas reuniões dessa Casa a nossa Bancada, especialmente este orador, abordei o assunto dos impostos municipais para este ano, pedimos também melhores estudos na Lei nº 1129, Código Tributário, pois a reunião da Banca-

da da ARENA com o senhor Prefeito há dias passados, tratamos desse delicado problema e o senhor Alcaide mostrou interesse em nos atender e prometeu estudar os descontos de uma prestação ou duas nos impostos deste ano, ou seja, cancelar as duas últimas prestações. Também prometeu estudar as possíveis modificações para a Lei Tributária do próximo ano, uma delas é o desconto de cinquenta por cento nos impostos das Casas residenciais, através da mudança de dois por cento para um por cento na alíquota e com isto fazendo um desconto de cinquenta por cento nos impostos do ano que vem. A vitória parcial que obtivemos até agora devemos muito ao apoio que tivemos de nosso povo, através da presença maciça nas reuniões em que tratamos do referido assunto. Sem o povo não poderíamos obter essa vitória parcial e esperamos que de ora em diante possamos contar com esse apoio em todas as reuniões dessa Casa, incentivando a nossa luta em prol dos problemas de nossa cidade. Como diz um ditado muito antigo: "A voz do povo é o voz de Deus". O que ficou provado aqui em Caieiras com esse caso dos impostos municipais. A promessa do senhor Prefeito parece que vai ser cumprida, pois o último exemplar do mês passado do Jornal "A Folha Regional" publicou uma nota a respeito e também distribui uns folhetos pedindo opinião ao povo sobre as modificações que poderão ser feitas na lei tributária para o próximo ano. A primeira modificação eu não estou muito de acordo, pois há uma exigência que em minha opinião está sem pé nem cabeça, pois pede jardim, fachada e horta conforme modelo da Prefeitura que no meu fraco entender só será possível para as pessoas de situação financeira muito boa, pois os pobres só conseguem levantar a casa, cobrir e depois entrar para morar, não podendo gastar dinheiro e tempo no embelezamento de suas casas. Vamos tirar o exemplo por mim, eu posso cumprir todas as exigências do senhor Prefeito, mas o meu vizinho em frente tem uma casa de três cômodos e até agora nem rebocar pôde, como ele poderá fazer estes melhoramentos. Veja só, o meu vizinho vai pagar este imposto e eu não. E como fico eu diante dos vizinhos? Veja Vossa Excelência que eu tenho razão nos meus pensamentos. Um outro assunto que me traz a esta Tribuna, apesar do Nobre colega Carlos Gomes já ter pedido um minuto de silêncio, eu gostaria, senhor Presidente, de na impossibilidade de fazer por escrito por falta, venho pedir ao senhor Presidente que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um Voto de Pesar pelo falecimen-

to do Papa Paulo VI, ocorrido no ultimo dia seis, pois foi um dos Papas mais perfeitos que o mundo teve, muito criterioso e justiceiro em suas ações, como também que seja oficiado ao Cardeal Evaristo Arns esse nosso pensamento. Muito obrigado senhora Presidente. " Com a palavra o senhor Dércio Pasin. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. Com referência as palavras ditas pelo meu colega João Henrique de Macedo Mendes há minutos atrás, com referência a reunião que a Bancada da ARENA teve com o senhor Prefeito Municipal, cumpre-nos dizer que atendendo a solicitação de nosso colega de Bancada Antonio Romero Pollon, que substituiu naquela altura o titular senhor Nelson Manzanares que encontravasse licenciado, nós fomos recebidos pelo senhor Prefeito Municipal e ficamos' aproximadamente uma hora discutindo os problemas referentes ao Código ' Tributário. Ele nos expôs as suas idéias e a Bancada da ARENA também ' deu sugestões para as modificações do Código Tributário ainda para este ano, sugerindo que para hum mil, novecentos e setenta e nove fosse ainda enviado este ano para esta Casa o novo Código Tributário para que em setenta e nove nós tirassemos todas estas dúvidas pertinentes no atual' Código Tributário. Nós fizemos ver ao senhor Prefeito Municipal que os reclamos da população eram diários e periódicos e que nos mostravam erros cometidos neste Código, coisa que nós já sabíamos e que havíamos aprovado nesta Casa. O senhor Prefeito Municipal prometeu-nos fazer um estudo com referência ainda aos impostos atuais e possivelmente enviar até esta Casa no fim do mês. Com referência ao futuro Código Tributário, nós solicitamos ao senhor Prefeito que o enviasse a esta Casa num prazo elástico para que todos os senhores Vereadores tivessem tempo suficiente para estudá-lo, apresentar sugestões e para que não ocorra o mesmo que ocorreu com o atual Código Tributário. Então nós estamos praticamente ' no inicio do mês de Agosto e esperamos que até o fim deste mês nós recebamos aqui as possíveis modificações no atual Código Tributário, bem como para o mês de Setembro o futuro Código Tributário que deverá entrar' em vigor a partir de Janeiro. Com referência as leituras dos projetos , nós, a pedido da senhora Presidente e aprovado pelo Plenário, liberamos a leitura, mas pedimos encarecidamente a Presidência desta Casa que os projetos quando vierem a esta Casa, já se façam acompanhar de cópias para que os senhores Vereadores tenham conhecimento daquilo que vão deliberar. Nós acharíamos injusto a leitura destes dezenove projetos na seg

são de hoje e estaríamos até agora na leitura de pelo menos oito projetos, e se nós tivéssemos cópias dos projetos poderíamos facilitar em muito a deliberação dos mesmos. Entretanto, nós voltamos a insistir para que nos dêem um prazo para estudo dos projetos, com referência ao andamento desses projetos nas futuras sessões para que nós possamos deliberá-los com conhecimento de causa. Com referência a um ofício lido em que a Comissão de Sindicância que tratava do assunto do senhor Casaqui, o qual eu havia denunciado dessa Tribuna, e que isentou de culpa o senhor Casaqui, eu fico surpreso porque eu sei da minha responsabilidade e jamais iria ocupar esta Tribuna para fazer uma denuncia vazia, se o fiz é porque tive pleno conhecimento e certeza de que as palavras ditas pelo senhor Daniel eram as verdadeiras e exatas. Causou-me surpresa a isenção de culpa do senhor Casaqui porque a Comissão de Sindicância não deu-se ao luxo de ouvir as testemunhas presentes ao acontecimento e que foram relatadas no processo. O senhor Daniel fez o seu depoimento, disse realmente que o senhor Casaqui havia feito aquele pronunciamento, quis alegar um tom de brincadeira, talvez para querer proporcionar aquele popular quebra galho, eu vim fazer o meu depoimento e confirmei as minhas palavras, disse os nomes das testemunhas e esperava que a Comissão de Sindicância pelo menos se desse ao luxo de ouvir as testemunhas porque era um caso melindroso. No entanto, bastou apenas o meu depoimento, e o depoimento do senhor Daniel para que o senhor Casaqui ficasse isento de culpa. Eu lamento porque se amanhã ou depois eu vir alguma denuncia de tal responsabilidade, tenham certeza os senhores que eu me callarei porque para vir aqui e trazer problemas de relevante importância e vê-lo arquivado, eu não vejo o porquê de tomar o tempo dos senhores. Era o que eu tinha a dizer." Com a palavra o senhor Assis Crema. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. Primeiro eu peço licença a senhora Presidente para cumprimentar o senhor Nelson Manzanares depois de uns dias na Argentina assistindo a Copa e seu retorno hoje. Cumprimento também ao Nobre colega Hugo Pereira da Silva que retorna hoje em substituição ao Nobre colega Savério Agustinelli que se encontra enfermo, meus parabéns ao Nobre colega Hugo Pereira da Silva e esperamos o breve reestabelecimento daquele meu colega, colega de todos, o senhor Savério Agustinelli. Ouvi as palavras do senhor João Henrique de Macedo Mendes, o meu Nobre colega, do Nobre colega Dércio Pasin, sobre a reunião reali



zada no gabinete do senhor Prefeito pela Bancada da ARENA, a pedido daquele nosso Vereador que substituiu ao Nobre Vereador Nelson Manzanares que hoje, por ser primeiro suplente, não está presente e a cadeira cabe ao senhor Nelson Manzanares. De fato conversamos com o senhor Prefeito, em horas prolongadas, sobre o Código Tributário e o imposto tão reclamado por essa nossa população. Voltei novamente, não por uma vez mas diversas vezes, ao gabinete do senhor Prefeito, quando cheguei a conclusão, fizemos um levantamento a pedido do senhor Prefeito, o qual eu acompanhei junto ao departamento da Tesouraria e ao departamento de Lançadoria, para chegarmos a conclusão daquilo que nós poderíamos fazer ou o que nós poderíamos tentar fazer sobre o Código Tributário e o imposto deste ano. Feito o levantamento fomos até o gabinete e mostramos qual era a situação no ano de hum mil, novecentos e setenta e oito. Haviam sido distribuídos pela Lançadoria cerca de oito mil carnês que seriam cobrados com seis prestações mensais de impostos territorial e predial. Tinham sido pagos uma quantidade elevada de carnês, ainda hoje conversamos com o senhor Prefeito sobre este assunto e ele disse que há muita dificuldade para a devolução desse imposto. Quero que os Vereadores que estiveram presente a reunião explique a situação àqueles que não estiveram e ao povo que estiver presente a sessão, me pediu o senhor Prefeito. Para este ano não vai ser possível a diminuição das duas prestações, conforme o meu pedido feito da Câmara e verbalmente ao senhor Prefeito. Para o ano que vem, o senhor Prefeito prometeu que vai fazer um levantamento e possivelmente será diminuído do que foi pago este ano cinquenta por cento a menos no imposto predial e territorial. Com referência a isto, o senhor Prefeito lançou um folheto dando as explicações sobre o que pode ser o imposto de setenta e nove, aguardando uma sugestão da população, de um modo geral. Então fica o meu pedido, que ainda o senhor Prefeito me confirmou que o meu pedido ficaria registrado, com possibilidade de ser aceito mas seria remota e talvez não houvesse um possível acordo para a diminuição de duas prestações. Os senhores que estão aqui no Plenário terão o direito de dar uma sugestão e eu peço àqueles que concordarem comigo que a sugestão ainda seja esta de diminuir as duas últimas prestações ainda este ano e para o ano que vem que se mantenha o imposto reduzido em cinquenta por cento. A resposta do senhor Prefeito a mim foi de que não há possibilidade, mas como no folheto se exige a sugestão, então dá para os senhores que receberam este folheto

darem uma sugestão que eu espero seja igual a minha, porque se eu for man dar uma sugestão eu exigirei a diminuição de duas prestações. Era isso ' que eu tinha a explicar aos senhores." Com a palavra o senhor Nelson Manzanares. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. Agradeço as palavras ' de carinho com que fui recebido pelo Nobre Vereador Assis Crema e me vanglorio de poder estar aqui convosco para a continuação da luta que encetamos. Devo dizer que não participei, por estar viajando, daquela reunião ' com o senhor Prefeito Municipal, de qualquer forma devo dizer que dela ' não participaria ainda que aqui estivesse. Eu acredito que o senhor Prefeito Municipal já teve tempo de sobra para pensar no descalábrio com o qual está fustigando as famílias do nosso Município, esse descalábrio que se concentra no aviltamento dos impostos que ferem frontalmente todos os munícipes. Tivemos oportunidade, como disse o Vereador Macedo nos meses ' de Março e Abril, de alertar ao chefe do Executivo com respeito a sistemática de aumento imposta que partiram de quatrocentos por cento até hum ' mil e quinhentos por cento, nos impostos prediais e territoriais. Agora , o senhor Prefeito entendeu que deveria consultar a opinião pública a respeito de como ele vai agir, coisa que o chefe do Executivo que tem que orientar o pensamento da opinião pública e não ser dirigido por ela, mesmo porque, nesse pedido de dimensionamento se encerra, antes de mais nada , uma volta atrás, uma guinada à esquerda de noventa graus, é exatamente ' uma expressão técnica de engenharia, uma guinada de noventa graus. Chamamos a atenção para o problema social que o aumento de impostos iria causar, naturalmente que não tínhamos obrigação nenhuma de prestigiar ou não o Código Tributário que veio a esta Casa de forma inusitada posteriormente à aprovação do orçamento. De principio o Código Tributário já é ilegal porque o orçamento é que tem que prever a arrecadação e o Código Tributário tem que ser obrigatoriamente votado antes do orçamento. Aqui inverteu-se a coisa porque a grande verdade é que o M.D.B. tem nessa Casa uma maioria absoluta, e mais do que isso, contundente o que leva o Prefeito a ' usar e abusar do seu direito de maioria, que ao revés, sofre na própria ' carne os problemas dessa comodidade, haja visto a vocação pública que se inverteu de quinze de Novembro até esta data quando tudo nos leva a crer' que se a eleição fosse realizada ontem ou amanhã o senhor Prefeito não te ri, nem cinco por cento da votação popular. De qualquer forma, tenta ele agora uma reviravolta no sentido de conseguir novamente a seu favor o be-

neplácito do público novamente. De que forma ? Enviando a todas as casas de Caieiras um pedido de apoio popular, louvado em sugestões e ele apresenta no título a sua própria opinião a respeito da eventual diminuição dos impostos, à meu ver, data vênica e com o devido respeito, já eivada de erros na sua própria conjuntura. Assim nós temos que aquele que tiver condições financeiras superiores aos demais vai levar uma vantagem extraordinária porque não vai paga imposto. Aquele que tiver condição de fazer uma calçada com vocação clubística e futebolística porque a grande verdade é que existe uma padronização de calçada. Quando o Padre José e este modesto Vereador que vos fala implantaram a padronização de calçada o fez em preto e branco nem pensando no Atlético Mineiro e nem no Corinthians mas sim porque era o mais razoável, o mais prático e o mais barato de se fazer. Hoje, na conformidade com a sugestão do senhor Prefeito, as calçadas serão despadronizadas, porque aí então têm os palmeirenses com o verde e branco e têm os São-paulinos com o preto, branco e vermelho que é para colorir a cidade de uma aberração estética, e o gozado é que prospecto fala exatamente em estética que é para aberrar a cidade com uma situação estética anti-estética, e ao invés de padronizar, despadroniza. Então, alguém que coloque ladrilho em frente de sua casa, de cor vermelha, preta e branca ou verde e branco ou preto e branco e a sugestão que eu vou enviar para o senhor Prefeito é de que se coloque azul e branco também porque tem muito mineiro torcedor do Cruzeiro aqui. Vejam os senhores que já é o primeiro absurdo da proposição do senhor Prefeito. Em segundo lugar, para se isentar de imposto o individuo tem que ter uma horta domiciliar. Eu perguntaria se essa horta deve congrega dez, vinte, cinquenta ou um pé de alface, porque uma horta teria que ter pelo menos um condicionamento de produção, uma horta domiciliar como está focada naquele prospecto e que foi traduzido lamentavelmente para que cento e oitenta mil leitores de um jornal que circula na Lapa e que vem para a região e que nós bancamos os portugueses da anedota, com todo o respeito que eu dedico a Colônia, porque todo mundo deu rizada aqui. Onde se viu uma horta domiciliar, o que é essa horta, um, dois pés-de-alface, salsinha, cebolinha ou sei lá o que seja, isso já justifica a isenção do imposto e mais do que isso, um jardim, um jardim que eu não sei se eu tenho um em frente a minha casa, não sei como se caracterizaria a

isenção. Não existe um percentual de plantas, de verdes para justificar a idéia do senhor Prefeito. De qualquer forma a idéia está lançada, mas eu de início sou totalmente contrário a isenção de impostos, porque está isenção do imposto territorial e predial viria beneficiar privilegiados, quando o nosso objetivo social seria exatamente a isenção de imposto àquelas pessoas que não tenham condição de arcar com esse aumento brutal que teve o territorial e o predial de Caieiras. De forma que eu não levar nenhuma sugestão ao senhor Prefeito, eu prefiro que ele, que sempre foi considerado um mestre na arte da administração, que resolva por si só os problemas. A minha sugestão seria pura e simplesmente a de voltar ao sistema antigo, quando o nosso Município, privilegiado que era com o imposto sobre circulação de mercado ria do Estado, desde que se fizesse valer para construir alguma coisa, controlasse a folha de pagamentos e mais do que isso, evitasse que a Prefeitura e os munícipes de Caieiras tivessem sobre si a carga deste imposto que foi condenado pelo M.D.B. quando a Sabesp começou a lançar cento e cinquenta, cento e oitenta cruzeiros de taxa de água que foi tão comentada e que hoje todo mundo está vendo que seria inelutável, que seria inadiável aquela transposição de serviços para o órgão estadual." Com a palavra o senhor Aparecido Corrêa de Campos.

"Senhora Presidente, senhores Vereadores. Eu gostaria de dar as boas vindas aos Vereadores desta Casa porque hoje é primeira sessão ordinária após um mês de descanso, merecidamente. Queria dar também as boas vindas ao Nobre Vereador Nelson Manzanares que teve a felicidade de assistir a Copa do Mundo na Argentina e dar também as boas vindas ao meu colega Hugo Pereira da Silva e gostaria também de parabenizar o Nobre Vereador Assis Crema pelo seu interesse em procurar o senhor Prefeito, juntamente com os seus companheiros de Bancada, o Vereador que substituiu o Nobre Vereador Nelson Manzanares o senhor Antonio Romero Pollon, no sentido de encontrar uma forma para modificação no Código Tributário do ano que vem. O senhor Prefeito está lançando aquele folheto pedindo a opinião pública para que apresentem sugestões. Todavia, o Vereador que me antecedeu, com todo o respeito que eu tenho por Vossa Excelência, mas não entendo o Nobre Vereador. O senhor Prefeito toma uma atitude, uma decisão e não consulta o povo ele é criticado, se ele resolve consultar a opinião pública ele é critica -

do. Então ele está naquela: se ele corre o bicho pega, se ele não corre o bicho come, mas o senhor Prefeito, de uma maneira democrática, achou' por bem consultar a opinião pública e está pedindo para todos enviarem' à Prefeitura as suas sugestões, porque na verdade, o ano passado o Código Tributário foi aprovado em um curto espaço de tempo e seria humana - mente impossível estudar um calhamaço como este, mas os Vereadores do M.D.B. votaram favoravelmente ao Código Tributário porque sabiam que ' mais tarde o senhor Prefeito se por ventura estivesse cometendo algum' erro, ele com toda a dignidade saberia corrigir. Portanto nós temos pe la frente um tempo razoável para que os Vereadores do M.D.B. e os Vereadores da ARENA, juntamente com a opinião pública, possam estudar uma ' forma mais viável de pagamento de impostos para o ano que vem. O proble ma levantado pelo Vereador João Henrique de Macedo Mendes, citando um vizinho seu, ele também faz parte da opinião pública e vai levar a me lhor a maioria, a maioria será a vencedora, se a maioria achar que o Código Tributário é o ideal, infelizmente o seu vizinho vai ficar com a minoria e terá que aceitar, porque na verdade senhores Vereadores, ser um estilingue é muito facil agora o que é difícil é ser uma vidraça. Eu vou contar um caso que aconteceu comigo na Prefeitura com um dos munícipes dos bairros, principalmente os bairros que estão recebendo as melho rias do Poder Público. Esse munícipe chegou a Prefeitura com dois car nês, um de duzentos e cinquenta por mês e o outro de cento e noventa , ele teve o seu desconto e no dia seguinte ele voltou e me procurou e disse: "Senhor Aparecido eu só posso pagar cem cruzeiros por mês" Aí eu logicamente que teria de tentar uma forma de diálogo com ele. Então eu fiz ver a ele o montante que a Prefeitura Municipal está gastando para a construção da creche e pré-primário no Bairro das Laranjeiras. Ele en tão me disse: "Não me interessa, eu não tenho filhos." Aí eu fiz ver a ele a construção do centro de lazer. Ele me disse: "Não me interessa , eu não jogo bola." Aí eu lhe expliquei que o senhor Prefeito colocou em cada bairro um posto médico, no qual a Prefeitura está gastando uma ba se de cinquenta mil cruzeiros por mês com a assistência aos bairros e para que não dizer ao povo do centro também que procuram os médicos dos bairros. Mas antes que ele desse alguma resposta eu lhe disse: Não vai me dizer que o senhor não precisa de assistência. O senhor sabe quanto ' custa uma viagem de carro daqui para São Paulo ? Ele me respondeu duzen

tos cruzeiros. Eu falei: Não vai me dizer que o senhor não precisa de assistência porque só eu quando motorista da ambulância levei o senhor umas dez vezes para São Paulo. Agora o senhor Acha que é muito 'cento e trinta cruzeiros por mês para a Prefeitura. Meus caros colegas, milagre ninguém faz. Há necessidade de ter para depois se poder' dar. Um outro assunto que eu gostaria de falar é sobre o funcionários Benedicto Casaqui. Como componente da comissão que julgou o caso do senhor Benedicto Casaqui sou obrigado a voltar a tocar nesse assunto. A comissão foi formado por mim, o senhor Amauri Gabrielli, o Capitão' Fernandes e um assessor jurídico. Não vou recriminar o Vereador que fez a denuncia, quem sabe eu também o faria, porque é obrigação do Vereador, mas é obrigação nossa também usar o bom senso e procurar no caso até participar ativamente para apurar de perto. Os depoentes pediram para que a comissão não convocasse as pessoas que assistiram as palavras do senhor Casaqui, porque aquilo era brincadeira e ele não 'tinha condições de provar por escrito e nem por testemunha. Daí a razão da comissão achar que as denuncias não tinham procedimento. Era o que eu tinha a dizer." Com a palavra o senhor Carlos Gomes. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. Eu queria primeiramente dar as 'boas vindas aos senhores Vereadores depois de um mês de recesso, que foi um mês de tranquilidade para que possamos voltar aqui para analisar com mais segurança os problemas que se apresentam nessa Casa. Ao Nobre Vereador Nelson Manzanares, que esteve na Argentina e não foi 'muito feliz, um tremendo de um "pé frio", não é? A ele também as 'boas vindas e ao Nobre Vereador Hugo Pereira da Silva que retorna a 'esta Casa e segundo o que ele disse também foi assistir um jogo de briga de galo. Adentrou a esta Casa um projeto de lei visando a suplementação de verbas, do qual eu tenho durante todo esse mês debatido a respeito do assunto porque diz respeito principalmente a mim que sou Presidente do Mobral e a Comissão Municipal do Mobral vem lutando com sérias dificuldades, porque primeiramente, nós assumimos a Presidência do Mobral e encontramos um Mobral desacreditado, não só em Caieiras como também na própria Coordenadoria do Mobral, tendo em vista fatos' desagradáveis que ocorreram com a comissão daqui. Segundo, também estava faltando, para uma prestação de contas, o dinheiro que foi repartido entre os senhores monitores sem que houvesse condição de repô-lo



e a respeito disso já solicitamos a presença do ex-Presidente e do Tesoureiro para que possamos repor este dinheiro. O Mobral com o término do ano ficou sem a sua verba, o primeiro mês nós conseguimos pegar o dinheiro do ano passado para poder pagar dois meses aos monitores que se sacrificam em prol dos analfabetos de nosso Município. Infelizmente não pudemos fazer mais porque esse dinheiro foi devolvido a Prefeitura, como manda a lei e o projeto de lei que adentrou a esta Casa diz ' respeito a suplementação de verba do Mobral que até agora esta sem e faz quase três meses que os monitores não recebem um vintém, gastando ' dinheiro do seu bolso com passagem e as suas horas que poderiam ser de lazer ou de estudos para promover o bem social, sem que pudesse a Prefeitura pagar uma pequena parte do que eles recebem que seria a condução. Infelizmente nesta Casa nós apresentamos um requerimento pedindo ' urgência ao projeto de lei e como há necessidade regimental de dois ' terços das assinaturas, infelizmente os membros da ARENA não quiseram ' colaborar." É dado aparte ao senhor Dêrcio Pasin. "Vossa Excelência sa be que a ARENA está aqui para colaborar, ocorre que este projeto tem ' uma supelmentação da ordem de setecentos mil cruzeiros e com vários in dices orçamentários. Eu quero crer que se viesse a esta um projeto de lei pura e tão somente com a verba do Mobral, tenha certeza Vossa Exce^lência que nós colaborari^ámos, mas acontece que um projeto de setecentos mil cruzeiros não pode ser aprovado as escuras, depende de um certo exame porque setecentos mil cruzeiros é uma soma considerável. Essa é a razão porque nós deixamos de assinar, porque trata-se de um projeto de uma soma vultuosa e nós queremos um pouco de prazo para estudar. Se viesse um projeto apenas e tão somente com a verba do Mobral, tenha certeza Vossa Excelência que a Bancada da ARENA estaria aqui para cola borar." Novamente com a palavra o senhor Carlos Gomes. "Realmente a não aprovação desse requerimento nos deixou bastante tristes porque o pessoal do Mobral que vem lutando com dificuldades financeiras e de lo comoção também vão ter que esperar mais algum tempo. Sobre a apresenta ção desse projeto de lei com outros itens orçamentários, eu gostaria ' de a partir de hoje ter um contato mais direto com a Bancada da ARENA' para que os projetos que dessem entrada a esta Casa fossem antes de entrar em Plenário, antes vir às Comissões, fossem debatidos pelos senhores Vereadores. Eu acho que aí sim nós poderíamos chegar a um con -

senso comum, visando sempre a melhoria do projeto de lei e da prática democrática." É dado aparte ao senhor João Henrique de Macedo Mendes. "Me parece que o Nobre Lider da Bancada do M.D.B. não está é bem informado, chegou hoje o projeto de lei, agora mesmo." Novamente com a palavra o senhor Carlos Gomes. "Exatamente, eu sei que chegou agora a noite e também tive oportunidade de vê-lo agora porque era a nossa intenção que esse projeto viesse de escoteiro, isto é, somente com o problema do Mobral e nesse sentido eu sugiro ao Lider da Aliança Renovadora para que nós pudessemos analisar todos os projetos a partir de hoje, para que os projetos se encaminham dentro dos prazos regimentais para que a Comissão de Justiça possa, com mais vagar, examinar e exarar o seu parecer conscientemente, porque muitas vezes nós temos encontrado dificuldade em analisar alguns projetos e os projetos que carecem de um maior exame nós temos encaminhado à assessoria da Assembleia Legislativa para fazê-lo. Estamos consciente que as Comissões da Câmara Municipal é um órgão preponderante e auxiliar dos senhores Vereadores para que quando o projeto venha a este Plenário, já tenha sido analisado suficientemente sobre o seu carater juridico e legal. Portanto ao assumir essa Presidência eu tenho sempre colocado os projetos em discussão na Comissão e analisado aqueles que necessitam dessa análise com mais vagar. Infelizmente dado a escassez de tempo muitas vezes o projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e logo em seguida ele já figura na ordem do dia, sem que a Comissão de Justiça possa exarar o seu parecer a contento. Nesse sentido eu faço um apelo à senhora Presidente que leve ao senhor Presidente efetivo desta Casa da necessidade de que os projetos tenham uma tramitação normal, dentro do seu prazo regimental, para que possa a Comissão e os senhores Vereadores analisá-lo conscientemente e dar o seu parecer. Apresentamos logo de inicio o requerimento pedindo um minuto de silêncio em memória do Papa Paulo VI e logo em seguida, com muita propriedade, o Nobre Vereador João Henrique de Macedo Mendes apresentou um requerimento solicitando um Voto de Pesar o que era nossa intenção fazê-lo apenas pedimos um minuto de silêncio que era regimental. Porque o que foi Paulo VI neste mundo conturbado de agora é uma prova evidente de que nós estamos vivendo um mundo cheio de problemas e Paulo VI foi um grande mestre, um grande ensinador, foi também um grande exemplo que

deve ser seguido por toda humanidade. Foi um homem que viajou por todos os continentes, um homem que nasceu exatamente para ser Papa, um homem que viveu em função do bem comum, um homem que dedicou toda a sua vida em prol da humanidade, é um homem que deve ser respeitado pelo que ele é, foi e pelo que ele fez e é chegada a hora de todos os povos do mundo, Católicos e não Católicos, se unirem e pedirem a Deus para que ilumine o colégio que elegerá o novo Papa para que seja alguém que possa ditar os caminhos que deveremos seguir com consciencia e com clareza. Era o que eu tinha a dizer." Não havendo mais oradores inscritos para o Tema Livre, a senhora Presidente passa a apresentação da ORDEM DO DIA. Em ÚNICA DISCUSSÃO: 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/78, que aprova as contas do Município de Caieiras, tanto as do Prefeito como as da Mesa da Câmara, relativas ao exercício de hum mil, novecentos e setenta e seis, com parecer da Comissão de Finanças. Em discussão o parecer, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto de decreto legislativo, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. 2) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 307/78, da Comissão de Finanças, aprova os Balances da Câmara Municipal referentes aos meses de Abril e Maio de hum mil, novecentos e setenta e oito, com parecer da Comissão de Finanças. Em discussão o parecer. Pede a palavra o senhor Dércio Pasin. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. Como haverão de notar, eu deixei de colocar a minha assinatura no parecer da Comissão de Finanças com referência a este projeto, por deparar com uma irregularidade e isso que sirva de alerta para os meus Nobres colegas porque esses processos serão examinados pelos membros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e que por sinal já estão fazendo um levantamento das contas de setenta e sete na Prefeitura e deverão amanhã ou depois a esta Casa para também proceder o levantamento da documentação dessa Casa. Examinando a documentação eu deparei com uma irregularidade no que se refere a verba da participação dos senhores Vereadores no Congresso de Campos do Jordão. Eu digo isso senhores, porque volto a repetir que estes documentos serão examinados pelos membros do Tribunal, automaticamente eles também levantaram as mesmas dúvidas que eu estou levantando nesta data e eu conheço perfeitamente a idoneidade das pessoas que participaram daquele congresso e ponho a minha mão no fogo "



pelos senhores. Ocorre que aqueles que virão examinar as contas da Câmara Municipal não os conhece. Então, vejam os senhores, a Câmara Municipal de Caieiras com a sua delegação gastou aproximadamente a quantia de treze mil cruzeiros com a estada da delegação por uma semana nos melhores hotéis daquela cidade.-Eu conheço o hotel, sei que a diária lá é um tanto quanto violenta, mas sempre que fomos a Campos do Jordão ficamos hospedados neste mesmo hotel porque ele dispõe de todas as condições para o hospede. Então, examinando a documentação eu vi todos os gastos feitos em Campos do Jordão, perfeitamente normais. Ocorre que anexo a esta tributação há um outro de oitocentos cruzeiros, um recibo assinado por vários Vereadores que se refere a popular caixinha dada aos membros daquele hotel. Isso me desculpem os senhores Vereadores não pode existir, porque amanhã ou depois poderá aparecer aí alguns recibos assinados por Vereadores, sei que isso não ocorrerá, mas é um precedente aberto. Então, é um documento assinado por vários Vereadores, não sei o número exato, mas me parece que é da ordem de oitocentos cruzeiros com referência a caixinha dada aos funcionários e no meu modo de ver isso não pode existir. Eu vou mais além, no retorno e no caminho, não sei num jantar ou num almoço, gastaram os senhores Vereadores a importância de aproximadamente dois mil e quinhentos cruzeiros, que seria num almoço ou num jantar. Então vejam a desproporção: Uma semana em Campos do Jordão, no melhor hotel, com as refeições, café pela manhã num hotel luxuosíssimo, os senhores Vereadores gastaram a importância de treze mil cruzeiros, num almoço ou jantar os senhores Vereadores gastaram aproximadamente a quantia de dois mil e quinhentos cruzeiros ou mais. Então eu com toda a sinceridade tenho que "botar" a minha assinatura nesse documento e francamente eu não posso concordar porque está havendo assim um disparate. Eu gostaria de ouvir algum esclarecimento dos senhores Vereadores para que eu pudesse então dar o meu parecer, do modo que está há um disparate com referência a verba gasta em Campos do Jordão durante uma semana e em uma só refeição para os senhores Vereadores durante o trajeto. Então, se nós formos fazer aqui a proporção, ficou muito mais caro este almoço do que a estada dos senhores Vereadores em Campos do Jordão. Eu examinei e vi, tenho certeza absoluta que os membros do Tribunal de Contas também irão anotar este problema e eu quero salvaguardar a minha responsabilidade. É por is

so que eu não coloquei a minha assinatura no parecer da Comissão, porque no meu modo de ver a conta referente a este mês está incorreta." É dado aparte ao senhor Carlos Gomes. "Eu não sei quem foi a Campos do Jordão, porque temos acompanhado muito pouco os congressos, aliás durante todo esse período de mandato nós fomos a dois congressos ou três no máximo, não sei como foi o congresso, não sei qual o número de pessoas, mas realmente um almoço fica bastante caro, nós estamos acostumados a isso porque somos oficiais de gabinete da Assembléia Legislativa e gastamos muito mais do que isso. Há necessidade realmente de analisar este pagamento e depois então discutirmos este parecer da Comissão de Finanças." Nova mente com a palavra o senhor Dércio Pasin. "Era o que eu tinha a dizer, senhora Presidente." Com a palavra o senhor Nelson Manzanares. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. Depois da entonação do Líder da ARENA nesta Casa a respeito de eventuais irregularidades na prestação de contas de um congresso, eu pediria a senhora Presidente que caracterizasse em Ata os Vereadores que foram, porque eu não participei de nenhum congresso até hoje e já de antemão me deixa em situação difícil para participar da votação desse projeto. Eu tenho a impressão que a denúncia é de uma gravidade tal que indico a Mesa a necessidade inadiável da retirada do projeto e da formação de uma Comissão de Inquérito para apuração dessas irregularidades. Afinal de contas um dos membros da Comissão pertence ao exame das contas fez nessa Casa uma denúncia muito grave. Não se justifica de forma alguma o aparte do Nobre Líder do M.D.B. de que a assessoria aprova contas maiores lá para os senhores Deputados se baquetearem, isso pouco me importa. O que acontece é que a conveniência de qualquer Vereador num assunto de tanta importância encerra um disparate que não seria válido a nenhum Vereador. Assim sendo, eu requeiro, ouvido o Plenário, seja retirado da ordem do dia o objeto da discussão e em contraposição se formalizasse uma Comissão de Sindicância para apuração das eventuais irregularidades denunciadas pelo Líder de meu Partido nesta Casa. É um pedido que eu faço, sob pena de votar contra para que conste da Ata o meu protesto pela eventual irregularidade praticada no exercício de sagrados mistérios, ou seja, comparecer ao congresso com a finalidade de estudar. Senhora Presidente eu requeiro que seja retirado da ordem do dia o presente projeto e em contraposição se formalizasse uma Comissão de Sindicância para apuração das irregularidades relatadas, deixando cla

ro que desde que se instituiu o atual governo este Vereador não participou de nenhum congresso, mas que seria legítimo participar. Muito obrigado." Não havendo mais ninguém que queira discutir o parecer, a senhora Presidente coloca-o em votação. Aprovado, com os votos contrários dos senhores Nelson Manzanares, Assis Crema e Dércio Pasin. Pede a palavra o senhor Aparecido Corrêa de Campos. "Eu gostaria de fazer uma observação de que o Nobre Vereador João Henrique de Macedo Mendes votou a nosso favor e por isso demonstra que Vossa Excelência está certo daquilo que foi feito porque Vossa Excelência também participou. Então, ele conscientemente votou a favor porque ele sabe que não abusou, sabe que não houve a buso, ele também fez parte desse congresso juntamente conosco." Pede a palavra o senhor Assis Crema. "Eu votei contra porque uma vez que o Líder da Bancada levanta uma questão dessa antes da senhora Presidente por em votação e eu pedi a palavra e não me foi dada, então eu me vi na obrigação, não conhecendo o balancete e não tendo conhecimento das despesas, de votar contra." Em discussão o Projeto de Resolução nº 307/78. Pede a palavra o senhor Dércio Pasin. "Eu quero crer que não fui muito bem compreendido porque eu levantei um problema, eu examinei a documentação e não obtive nenhuma participação com respeito aos gastos. Então eu levantei o problema e quem sabe alguém nos justificasse o gasto e eu pudesse então conscientemente votar favorável. Eu fui muito bem claro de que conheço a idoneidade de todos os senhores membros desta Casa que participaram daquele congresso, não há na minha pessoa a mínima intenção de desconfiança contra a honestidade dos senhores, mas apenas pedi que me dessem este esclarecimento porque em hum mil noventa e sete e um, se não me é falha a memória, no Congresso de Guarapari, o Nobre Vereador Assis Crema, responsável pela parte financeira desta Casa, ao apresentar a sua prestação de contas ao diretor de secretaria deu pela falta da quantia de aproximadamente dois mil cruzeiros e teve que repor esse dinheiro nesta Casa, quer dizer, algum equívoco foi cometido pelo Nobre Vereador Assis Crema e na hora de prestar contas houve a falta desse dinheiro e o Nobre Vereador Assis Crema fez a reposição do dinheiro. O que eu quero dizer aos senhores é que hoje nós estamos examinando essa documentação e que ela passará também pelas vistas dos membros integrantes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e normalmente eles verão este problema. Então, se houver alguma irregularidade, que ela seja sanada e se

procure regularizar a situação porque há uma disparidade muito grande entre os gastos efetuados durante uma semana na cidade de Campos do Jordão num hotel de primeiríssima categoria e com referência a um simples almoço feito na cidade de Atibaia. Então, se os senhores jogarem com os números verão que há uma disparidade muito grande entre o almoço feito na cidade de Atibaia e os gastos feitos na cidade de Campos do Jordão. Era isso que eu tinha a dizer." Com a palavra o senhor Nelson Manzanares. "Senhora Presidente, senhores Vereadores. É absurdamente ridículo que nenhum dos participantes daquele congresso tente justificar a denuncia, é ridículo que ninguém, nenhum dos participantes daquele conclave justifique se é possível um almoço ou um jantar custar dois mil e quinhentos cruzeiros." É dado aparte ao senhor Mário Della Torre. "Eu fui o tesoureiro dessa equipe e posso lhe afirmar que foi gasto esse dinheiro honestamente, ninguém abusou de nada e também nesse almoço nós estávamos em nove pessoas, por esse motivo é que ficou esse absurdo. Mesmo esse hotel que nós nos alojamos é de primeiríssima, como disse o Nobre Vereador Dércio Pasin que já conhece e sabe que o preço lá é altíssimo mesmo." As notas estão aí e nós podemos conferir novamente, estão todas aí." Novamente com a palavra o senhor Nelson Manzanares. "O que eu entendo na qualidade de membro desta Casa, não participante de congresso, é que houve o levantamento de uma dúvida e que vai receber crivo do Tribunal de Contas e ninguém se arvorava em oferecer um esclarecimento. Agora, é o que eu digo, dá impressão que nove Vereadores desta Casa participaram deste conclave, eu não sei quem participou." É dado aparte ao senhor Mário Della Torre. "Quem participou foi: Mário Della Torre, Aparecido Corrêa de Campos, Hugo Pereira da Silva, Benedicto Lopes de Campos, João Henrique de Macedo Mendes e Ruth de Carvalho Dártora, também o senhor Prefeito e o motorista do senhor Prefeito. Agora, para deixar bem claro, o Prefeito e o Agustinho foram à parte, a não ser nas refeições." Novamente com a palavra o senhor Nelson Manzanares. "A cada explicação mais se justifica o gasto." Aparteia o senhor Mário Della Torre. "O senhor Prefeito e o motorista tiveram paga apenas esta refeição citada, o resto não, foi por conta da Prefeitura." Novamente com a palavra o senhor Nelson Manzanares. "Veja senhora Presidente que a cada vez a coisa se complica mais. Eu ainda seria favorável a formação de uma comissão de sindicância para que os Nobres colegas participantes desse conclave ficassem isentos de qual -

quer responsabilidade. Ora, tem um velho ditado que diz: "Quem não deve não teme." A vocação do meu pedido anterior foi no sentido de propiciar a todos aqueles que participaram do conclave uma satisfação a opinião pública para que não sofram eles amanhã o crivo de uma opinião as vezes falseada. Eu tenho certeza de que todos que participaram desse congresso são pessoas honestas, mas houve nesta Casa uma denuncia. A primeira explicação, que eu estive ausente foi a do Vereador Mário Della Torre que francamente não me convenceu dado o alto custo de despesa. De forma que a formação de uma comissão de sindicância seria de alta valia para a preservação moral desses colegas que participaram desse congresso e que justificadamente devem ter gastô essa importância num almoço num restaurante super caro em Atibaia para que o Tribunal tivesse ciência de que o dinheiro foi realmente aplicado religiosamente. Era o que eu tinha a dizer." Não havendo mais ninguém que queira discutir o Projeto de Resolução nº 307/78, a senhora Presidente o coloca em votação. Aprovado por seis votos a favor contra três votos contrários dos Senhores Assis Crema, Nelson Manzanares e Dércio Pasin. Não havendo mais nada a ser tratado, bem como nenhum orador inscrito para a Explicação Pessoal, a senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão, determinando a mim, Benedicto Lopes de Campos, Primeiro Secretário "ad hoc", que lavrasse a competente Ata, a seguir subscrita pelos componentes da Mesa. Sala das Sessões em 08 de agosto de 1978.

PRESIDENTE substituto:

Ruth de C. Dártora

-(Ruth de Carvalho Dártora)-

PRIMEIRO SECRETÁRIO:

Benedicto Lopes de Campos

-(Benedicto Lopes de Campos)-

SEGUNDO SECRETÁRIO:

Aparecido Corrêa de Campos

-(Aparecido Corrêa de Campos)-